

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.455.239 - RJ (2019/0050803-0)**

**RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**AGRAVANTE : EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA**  
**AEROPORTUARIA - INFRAERO**  
**ADVOGADO : FELIPE VIEIRA DA CUNHA E OUTRO(S) - RJ148197**  
**AGRAVADO : LEUNID RAMOS DE SOUZA**  
**ADVOGADOS : MANOEL MESSIAS PEIXINHO E OUTRO(S) - RJ074759**  
**PRISCYLLA INÁCIO COLACINO - RJ186212**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. TESES REJEITADAS NO ACÓRDÃO. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO em face de decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que negou admissibilidade a recurso especial manejado contra acórdão assim ementado (e-STJ fl. 79):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPENHORABILIDADE DE VERBA ALIMENTÍCIA. DESBLOQUEIO BACENJUD. AGRAVADA FOI NOMEADA MANDATÁRIA DA EMPRESA RÉ. FUNÇÃO DE ADMINISTRADORA NÃO CONFIGURADA.

1. Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que excluiu a agravada, na procuradora não sócia da empresa, do polo passivo e determinou o levantamento do valor bloqueado em sua conta através do sistema BACENJUD.
2. Da leitura da ampla documentação adunada pela agravada, verifica-se que restou demonstrada a sua qualidade de empregada da empresa ré, bem como que a constrição atingiu a parcela paga em razão da rescisão do seu contrato de trabalho, tratando-se, portanto, de verba alimentícia.
3. Desta forma, a Carteira de Trabalho da agravada descreve com detalhes sua vida funcional, de 2007 a 2016, apontando o salário inicial, bem como seus reajustes, as férias gozadas, as contribuições sindicais pagas ao sindicato da categoria e as promoções recebidas durante o tempo que trabalhou na empresa, tendo sido demitida em 03/06/2016.
4. A jurisprudência dos Tribunais Superiores firmou o entendimento de que o bloqueio de ativos financeiros em nome do executado, via BACENJUD, deve observar o comando disposto no artigo 833, IV, do CPC/2015, qual seja, a impenhorabilidade de vencimentos, por se constituir verba alimentar, fundamental à subsistência dos indivíduos, razão pela qual não é razoável privilegiar o adimplemento de dívida em detrimento da sobrevivência digna dos devedores e sua família.
5. No caso vertente, verifica-se que a agravada exercia a função de gerente jurídica, a qual teve os seus poderes outorgados por meio de mandato conferido pelo sócio único titular da empresa individual de responsabilidade

limitada. Não há nos autos evidências que a mandatária tenha agido fora dos limites do seu mandato, nos termos dos arts. 663 e 675 do Código Civil. Desse modo, não se admite a responsabilização solidária da agravada, visto que esta não constava nos quadros constitutivos da empresa, não devendo, portanto, responder com os seus bens pessoais ante o inadimplemento do contrato realizado pela empresa.

6. Assim, o fato de a agravada ter sido nomeada mandatária pela empresa empregadora, não enseja a sua caracterização como administradora. Precedentes do STJ e deste Regional.

7. Agravo de instrumento desprovido.

Opostos embargos de declaração, negaram provimento.

Nas razões do recurso especial, interposto com base na alínea *a* do permissivo constitucional, a recorrente aponta violação aos arts. 9º, 489, II c/c § 1º, IV e 1.022, do CPC/2015, sob o argumento de que o Tribunal de origem se omitiu quanto ao fato de que "em nenhum momento foi propriamente afastada a condição de administradora da agravada, ainda que em concomitância com sua condição de empregada".

A inadmissão do recurso especial se fez à consideração de que não se verificou a apontada ofensa aos artigos mencionados, haja vista que os embargos de declaração foram regularmente apreciados, bem como incide na espécie o óbice da Súmula 7/STJ por necessidade de reexame do conjunto fático-probatório dos autos.

Nas razões de agravo, postula o processamento do recurso especial haja vista ter cumprido todos os requisitos necessários à sua admissão.

É o relatório. Passo a decidir.

Necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3/STJ: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*".

Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo à análise do especial.

A pretensão não merece acolhida.

Isso porque, sem razão a parte recorrente quanto à alegada violação aos artigos indicados como supostamente violados sob a alegação de que a Corte *a quo* se omitiu quanto à efetiva avaliação dos poderes de gestão da agravada que poderiam lhe dar a condição de administradora, haja vista que perfeitamente possível que uma pessoa acumule a condição de empregada e administradora.

Registra-se que a Corte de origem, soberana nos elementos probatórios dos autos, decidiu a controvérsia de modo integral e suficiente ao concluir que a administração da empresa era exercida exclusivamente pelo sócio titular consoante a cláusula quarta do contrato social. Restou expressamente consignado também que a recorrida era empregada da empresa e que não constava do seu quadro societário, bem como que ao exercer o cargo de procuradora da empresa porquanto exercia a função de gerente jurídica, não se comprovou que tenha extrapolado os limites de seu mandato, o que afasta a sua responsabilização solidária e sua caracterização como administradora. A propósito, os seguintes trechos do acórdão recorrido (fls. 76/78 e-STJ):

(...)

Da leitura da ampla documentação adunada pela agravada,

verifica-se que restou demonstrada a sua qualidade de empregada da empresa ré, bem como que a constrição atingiu a parcela paga em razão da rescisão do seu contrato de trabalho, tratando-se, portanto, de verba alimentícia.

(...)

Ademais, analisando o contrato social da AIR SPECIAL SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTES AÉREOS EIRELI-ME, nota-se a existência de um único sócio titular, GERALDO GOMES DUARTE, em consonância ao art. 980-A do Código Civil que prevê a unicidade de sócio para a empresa individual de responsabilidade limitada. Depreende-se, ainda, da cláusula quarta do referido contrato, que o sócio titular exercerá a função de administrador, e não um terceiro, (fls. 113/116 dos autos originários).

Cumprе salientar, portanto, que o nome da agravada não consta no quadro societário da empresa, tratando-se de empregada sob o regime celetista, bem como procuradora da empresa (fls. 117/119 dos autos originários). Não há que se falar em responsabilidade solidária prevista no art. 1.016 do Código Civil da procuradora perante terceiros prejudicados, ante a ausência de comprovação que a agravada tenha extrapolado os limites de seu mandato.

Na hipótese, devem ser observadas as normas dispostas nos arts. 663 e 675 do Código Civil que dispõem sobre a responsabilidade do mandante pelas obrigações contraídas pelo mandatário no limite do mandato. Vejamos:

Art. 663. Sempre que o mandatário estipular negócios expressamente em nome do mandante, será este o único responsável; ficará, porém, o mandatário pessoalmente obrigado, se agir no seu próprio nome, ainda que o negócio seja de conta do mandante.

Art. 675. O mandante é obrigado a satisfazer todas as obrigações contraídas pelo mandatário, na conformidade do mandato conferido, e adiantar a importância das despesas necessárias à execução dele, quando o mandatário lho pedir.

Ao contrário do que defende a agravante, o fato de a agravada ter sido nomeada mandatária pela empresa empregadora, não enseja a sua caracterização como administradora. Nesse sentido, é o entendimento da jurisprudência pátria:

(...)

Diante o exposto, verifica-se que a agravada exercia a função de gerente jurídica (fl. 186 dos autos originários), a qual teve os seus poderes outorgados por meio de mandato conferido pelo único sócio titular da empresa. Não há nos autos evidências de que a mandatária tenha agido fora dos limites do seu mandato. Desse modo, não se admite a responsabilização solidária da agravada, visto que esta não constava nos quadros constitutivos da empresa, não devendo, portanto, responder com os seus bens pessoais ante o inadimplemento do contrato realizado pela empresa AIR SPECIAL com a INFRAERO. Cabe destacar que a administração da empresa era exercida exclusivamente pelo sócio titular GERALDO GOMES DUARTE, consoante a cláusula quarta do contrato social.

Cumprе asseverar que o Tribunal *a quo*, cumprindo com a devida prestação jurisdicional, concluiu no julgamento dos embargos de declaração que a matéria em debate foi analisada de forma exaustiva para o deslinde da controvérsia e que a recorrente

pretendia, na verdade, rediscutir a matéria, e não sanar qualquer vício de contradição, omissão ou erro material.

Percebe-se desde logo que não há falar em violação aos mencionados artigos porquanto houve efetivamente o enfrentamento da controvérsia posta nos autos e necessária à solução da lide, de modo que não há que se falar em ausência de prestação jurisdicional.

Cumpra-se asseverar que o Poder Judiciário não está obrigado a emitir expresso juízo de valor a respeito de todas as teses e artigos de lei invocados pelas partes, bastando para fundamentar o decidido fazer uso de argumentação adequada, ainda que não espelhe quaisquer das linhas de argumentação invocadas.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 489, § 1º E 1.022, II, DO CPC/15. ACÓRDÃO BASEADO EM FUNDAMENTAÇÃO EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL MATÉRIA INSUSCETÍVEL DE SER EXAMINADA EM RECURSO ESPECIAL.

1. Verifica-se não ter ocorrido ofensa aos arts. 489, § 1º e 1.022, II do CPC/15, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos presentes autos.

2. A Corte de origem decidiu a controvérsia à luz de fundamentos eminentemente constitucionais, circunstância que torna imprópria a análise da insurgência pelo STJ em recurso especial.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1630265/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 06/12/2016)

Ademais, como é cediço, a omissão apta a ensejar os aclaratórios é aquela advinda do próprio julgamento e prejudicial à compreensão da causa, e não aquela que entenda o embargante.

Assim, não havendo no acórdão recorrido a existência de vício que caracterize ausência de prestação jurisdicional, e estando fundamentada a decisão, não fica caracterizada ofensa aos citados dispositivos.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, IV, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES  
Relator